

# Três proposições sobre a guerra e a democracia

CARLOS GASPAR \*

No *Projecto da Paz Perpétua*, Kant explicou que existia uma possibilidade remota de superar a guerra entre os Estados, a qual dependia, no essencial, da natureza republicana dos seus regimes políticos – o «primeiro artigo definitivo» do tratado imaginário estipula que «em todos os Estados a constituição civil deve ser republicana»<sup>1</sup>.

A constituição republicana institucionaliza os princípios da liberdade, que pertence aos homens, membros de uma sociedade, para estabelecer o Estado de direito assente num contrato livre entre todos os cidadãos, iguais perante a lei. Garante do direito na ordem interna, o governo republicano torna possível a perspectiva da paz na ordem internacional. Essa consequência do regime liberal é apresentada por Kant numa passagem clássica:

Se (e só pode ser assim nessa constituição) o consentimento dos cidadãos é exigido para decidir se há ou não guerra, é natural que, na medida em que têm de decidir suportar todos os males da guerra [...] eles pensem maduramente antes de iniciar um jogo tão pernicioso; pelo contrário, numa constituição cujo sujeito não é o cidadão, e que, por consequência, não é republicana, a guerra é a coisa do mundo que menos reflexão exige, pois o soberano não é membro, mas possuidor do Estado e a guerra

---

\* Director do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa, docente convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusfada de Lisboa.

em nada o prejudica [...]; pode, portanto, decidir por causas fúteis, e por razões de conveniência deixar, com indiferença, a sua justificação ao corpo diplomático, que está sempre pronto para o fazer.<sup>2</sup>

Os despotismos podem fazer a guerra sem entraves internos, a natureza política das repúblicas pode incliná-las a fazer a paz.

O «Projecto da Paz Perpétua» é um ideal e um caminho que admite retrocessos, como o demonstraram os 212 anos que passaram desde a publicação, em 1795, da sua primeira edição: a realização parcial do programa kantiano é inseparável de um ciclo de guerras totais e de revoluções totalitárias de uma violência sem precedentes.

A paz kantiana é também um processo que tem três dimensões principais. Em primeiro lugar, resulta da expansão dos regimes republicanos, que se tornaram a forma dominante de governo nas democracias liberais: se e quando todos os Estados forem republicanos – regimes constitucionais assentes na separação dos poderes –, pode começar um ciclo pacífico na política internacional, que será, provavelmente, temporário. Em segundo lugar, as repúblicas devem concluir entre si um pacto para estabelecer uma «união pacífica»<sup>3</sup>. Kant rejeita a forma do Estado universal, tendencialmente despótico, e defende uma aliança permanente das democracias<sup>4</sup>, uma «federação livre» dos príncipes republicanos em que o Estado, como garante da constituição, preserva intacta a sua soberania. A terceira dimensão diz respeito à consciência cívica e cosmopolita dos cidadãos, que aprendem a respeitar o valor universal dos direitos do homem, a reconhecer as afinidades entre as democracias liberais e a valorizar as vantagens da cooperação entre os Estados republicanos.

A convergência dessas dimensões cria as condições para a «paz democrática», que estabelece uma «paz separada» entre as democracias liberais<sup>5</sup>, na luta interminável pela Paz Perpétua. A «paz democrática» pressupõe a superação dos dilemas de segurança nas relações entre os Estados republicanos, nas quais se torna não só ilegítimo, mas também impensável o recurso à força, e mesmo à ameaça do uso da força, para resolver as inevitáveis divergências entre os respectivos interesses nacionais.

Esse pressuposto assenta na tese kantiana segundo a qual, numa comunidade de homens livres, é muito difícil, e deveria ser impossível, convencer os cidadãos a fazer a guerra contra outra comunidade republicana, não só porque são os próprios cidadãos quem vai combater e suportar os custos da guerra, mas também por conhecerem e respeitarem as outras democracias liberais. Mesmo que, por hipótese, as elites iliberais de uma república constitucional quisessem impor uma decisão de guerra contra um Estado democrático, a sua capacidade de decisão estaria sempre limitada pelo risco de a comunidade política poder recusar e condenar essa escolha, de imediato ou nas eleições seguintes.<sup>6</sup> O consentimento dos cidadãos, que se

exprime pelo exercício dos seus direitos políticos e se reflecte na opinião pública, é um factor crucial de legitimação que condiciona as decisões sobre a guerra e a paz numa democracia liberal.

A «paz democrática» define o princípio fundamental na relação entre a democracia e a guerra – a guerra é impossível, ou quase impossível, entre os príncipes republicanos – que parece ser confirmado pela evolução da política internacional, pelo menos a partir do século xx. Mas a tese kantiana sobre as relações entre a democracia e a guerra, assente na necessidade imperativa de legitimar as decisões e garantir o consentimento da comunidade política, que valoriza a importância única da opinião pública nos regimes liberais, pode admitir proposições adicionais, nomeadamente sobre a forma como as democracias modernas entram e saem das guerras, sobre o modo como as travam e sobre a definição dos seus objectivos estratégicos.

Primeira proposição: as democracias republicanas têm uma grande dificuldade em entrar em guerra e em terminar uma guerra.

A paz democrática e a vocação pacífica das repúblicas democráticas não diminui, *ipso facto*, nem a sua capacidade, nem a sua tendência para fazer a guerra, apenas limita e orienta a sua vontade para fazer a guerra exclusivamente contra as não-repúblicas, ou as não-democracias, que são objecto da sua inimizade.

As democracias liberais não são pacíficas – os dados empíricos mostram o contrário –, mas a sua decisão de entrar em guerra pode enfrentar sérios obstáculos, mesmo quando se encontram perante uma ameaça iminente por parte de regimes autocráticos.

O exemplo paradigmático dessa circunstância é a Conferência de Munique, em Setembro de 1938, quando o primeiro-ministro britânico, Neville Chamberlain, aceitou um compromisso diplomático com o chanceler alemão para evitar a guerra, embora o *Führer* nazi estivesse decidido a romper esse acordo no mais curto prazo, como o demonstrou a invasão da Checoslováquia, em Março de 1939. Por certo, não havia ilusões do lado britânico sobre a iminência da guerra, mas existia ainda a tentação de orientar a fúria nazi para o confronto com a União Soviética, o inimigo natural do *Reich* milenarista. Além disso, era preciso ganhar tempo para fortalecer a capacidade de defesa das ilhas britânicas. Mas, sobretudo, prevaleceu uma profunda relutância em enfrentar a ameaça totalitária, quer nas elites políticas, quer na opinião pública, cuja memória continuava marcada pela catástrofe da Grande Guerra de 1914-1918. Todos os estudos disponíveis confirmam a enorme popularidade de Neville Chamberlain e de Edouard Daladier e da sua política de *appeasement* – até mesmo na Alemanha, onde, segundo os relatórios internos do partido nazi e dos serviços secretos, a maioria teme igualmente a guerra e partilha o alívio das opiniões públicas democráticas no momento do acordo de Munique.

Apesar da força dos argumentos contra a ameaça nazi, quer na direita conservadora, com Winston Churchill e Anthony Eden, quer na esquerda trabalhista e radical, mobilizada para o combate contra os fascismos na Guerra Civil de Espanha, prevalece a ilusão sobre a «*peace in our time*», que não chegou a durar um ano.

Na outra margem do Atlântico, Franklin Roosevelt não conseguiu ultrapassar a resistência da opinião pública, que se opôs à entrada dos Estados Unidos na guerra até ao «dia da infâmia». O Presidente só pôde persuadir o Congresso a declarar guerra contra o Japão depois da surpresa dramática de Pearl Harbour, a 7 de Dezembro de 1941 e, mesmo nessa altura, só foi possível declarar também guerra à Alemanha porque Hitler tomou a iniciativa de declarar guerra aos Estados Unidos, em solidariedade com o seu aliado oriental, dois dias depois do ataque. Até esse momento, a opinião pública norte-americana era maioritariamente contra a intervenção dos Estados Unidos na guerra.

As democracias também não conseguem facilmente terminar uma guerra. Raymond Aron insiste nesse ponto para explicar os mecanismos da guerra total, que exigem uma vitória total e tornam impossível a condução racional da guerra.<sup>7</sup>

A propaganda marcou a Grande Guerra desde o primeiro dia, quando as tropas partiram para a frente no meio de um entusiasmo delirante, o primeiro exemplo da mobilização em massa dos ódios nacionalistas, designadamente em França e na Alemanha. Com o massacre das trincheiras, que ninguém tinha antecipado, e perante as dificuldades crescentes para garantir a coesão nacional e o esforço de guerra, a propaganda dos dois lados tornou-se cada vez mais extremista e os argumentos mobilizacionais tomaram o lugar de uma definição coerente dos objectivos de guerra. Todas as tentativas de mediação para pôr fim à Grande Guerra fracassaram, porque a diplomacia era impossível quando as opiniões públicas em França e na Grã-Bretanha só aceitavam a vitória total como o resultado final da «guerra hiperbólica»<sup>8</sup>.

No mesmo sentido, a posição que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha tomaram, em 1942, sobre a rendição incondicional do *III Reich* limitou fortemente as possibilidades de um desfecho alternativo da Segunda Guerra Mundial e impediu uma paz separada com a Alemanha, desde logo porque minou a legitimidade nacional das tentativas de golpe militar contra o partido nazi, ou dos contactos diplomáticos alemães com as potências ocidentais, que se tornaram equivalentes a actos de traição. É evidente que Franklin Roosevelt e Winston Churchill, na Cimeira de Casablanca, queriam dar garantias ao seu aliado soviético, no momento em que Stalin reclamava, com urgência, uma data para a abertura de uma «segunda frente» na Europa Ocidental. Mas tratava-se também de reconhecer o sentido da opinião pública democrática, motivada pelo antifascismo e mobilizada pela propaganda

aliada, que reclamava o fim do nazismo e a sua derrota total, a qual acabou, paradoxalmente, por se tornar inseparável da destruição completa da Alemanha e por fazer que o preço da derrota do totalitarismo nazi fosse a vitória do totalitarismo comunista.

Segunda proposição: as democracias não são capazes de travar uma guerra com moderação. A necessidade de persuadir a opinião pública e de «mobilizar os entusiasmos»<sup>9</sup> está na origem tanto da demonização dos inimigos, como do recurso a «grandes simplificações»<sup>10</sup> para definir o que está em jogo nos conflitos.

Em Agosto de 1914, os exércitos avançaram com uma confiança extraordinária na sua força e na sua causa nacional, mas a longa indecisão abriu caminho a uma oposição crescente contra os responsáveis políticos pela guerra, que provocou uma primeira revolução na Rússia, em Fevereiro de 1917. O Presidente Woodrow Wilson quis responder a essa situação, quando procurou legitimar a tardia intervenção norte-americana na Grande Guerra em nome da paz democrática. Os Estados Unidos não iam defender os interesses nacionais de nenhuma das partes – nem sequer eram formalmente aliados das potências da *Entente* –, mas tão-só defender a causa da democracia, a única forma de garantir que a guerra entre as potências não se ia repetir nunca mais: a sua guerra era, na fórmula canónica, uma guerra para pôr fim à guerra – «*a war to end all wars*». A tese de Woodrow Wilson – e ele próprio, quando chegou à Europa – foi recebida com um enorme entusiasmo pela opinião pública em França e na Grã-Bretanha, cujos responsáveis políticos não partilhavam da visão kantiana do presidente norte-americano. Mas, de certa maneira, os objectivos revolucionários definidos pelo Presidente dos Estados Unidos – a democratização como garante da paz universal – eram muito mais excessivos do que os objectivos de guerra dos seus parceiros europeus, inscritos em tratados secretos sobre as partilhas territoriais e a revisão dos equilíbrios estratégicos. Obviamente, esses objectivos convencionais tinham-se tornado irrelevantes depois dos anos de massacres nas trincheiras e só o fim definitivo de todas as guerras parecia ser proporcional ao sacrifício de milhões de soldados.

A imoderação política tem consequências. Em Novembro de 1918, os alemães, para fazerem a paz e porem fim à guerra que tinham iniciado, tiveram de depor a autocracia imperial e estabelecer um regime republicano, que respondia ao apelo do Presidente Wilson. Porém, a República de Weimar foi forçada a aceitar os termos punitivos do Tratado de Versalhes, exigidos sobretudo pela opinião pública francesa e inglesa, que reclamavam vingança depois da carnificina. A primeira república alemã nunca foi reconhecida pelas democracias ocidentais como um regime liberal, e a sua legitimidade nacional ficou prejudicada *ab initio* nas Conferências da Paz de Paris. Entre uma coisa e outra, a «democracia sem democratistas»

nunca teve a menor hipótese de travar o caminho à ascensão dos movimentos totalitários que a destruíram para instalar o *Reich* nazi.

A imoderação da propaganda democrática também tem consequências. Hitler, num certo sentido, foi a personificação das caricaturas assassinas do *Kaiser* que dominaram a imprensa francesa e britânica. Depois, a demonização torna-se um ritual sempre que as democracias começam a preparar a opinião pública antes de travar uma guerra: Nasser era um novo Hitler, antes da intervenção da França e da Grã-Bretanha no Suez, e Saddam Hussein (denunciado paralelamente como um cultor de Stalin)<sup>11</sup> também foi acusado de ser um novo Hitler, nas vésperas da invasão do Iraque. Os abusos comparativos tendem a provocar intervenções desproporcionadas e a distorcer um quadro mínimo de racionalidade na condução da guerra.

As «grandes simplificações», consideradas como necessárias para fazer aceitar as orientações de política internacional pelas opiniões públicas democráticas, condicionam fortemente a decisão política e estratégica.

As máximas da paz democrática enunciadas pelo Presidente Wilson como fundamento para a intervenção militar dos Estados Unidos na guerra europeia – «*to make the world safe for democracy*» – passaram a ser um princípio incontornável e permanente na política norte-americana. A Guerra Fria, por exemplo, foi resumida a uma oposição entre a liberdade e o comunismo, que dispensava qualquer referência à necessidade de resolver a questão alemã e de conter o expansionismo russo. Para o bem ou para o mal, nenhum Presidente dos Estados Unidos conseguiu pôr fim à Guerra Fria antes de o regime comunista russo se ter suicidado. Richard Nixon e Henry Kissinger tentaram, sem sucesso, impor a racionalidade estratégica da balança do poder como critério da sua política externa para estabelecer uma *détente* duradoura e estável com a União Soviética num quadro multipolar, que foi destruída, sem apelo nem agravo, pelo Congresso, a propósito da defesa dos direitos de emigração dos judeus soviéticos. (Mas, pelo caminho, sempre conseguiram normalizar as suas relações diplomáticas com a China, o rival totalitário da União Soviética.) O excesso de complexidade e a opacidade da balança do poder não podiam competir politicamente com a nitidez da clivagem entre as ideologias universalistas dos Estados Unidos e da União Soviética.

Terceira proposição: as democracias tendem a impor a mudança dos regimes políticos nos Estados autocráticos na definição dos seus objectivos de guerra, para legitimar as intervenções militares.<sup>12</sup>

A derrota militar passou a ser sinónimo de mudança dos regimes políticos desde a Grande Guerra de 1914-1918.<sup>13</sup> Por certo, existiam casos próximos que se podem referir como precedentes, quer no caso da guerra franco-prussiana, com a

Comuna de Paris, quer no caso da guerra entre a Rússia e o Japão, com a revolução de 1905 e a formação da Duma estatal. Mas, desde a primeira guerra mundial, nenhum regime político sobreviveu à derrota numa guerra hegemónica.

O fim do regime czarista e as duas revoluções russas de Fevereiro e Outubro de 1917 foram o resultado directo das derrotas militares russas, tal como o são o fim do império alemão e a formação da República de Weimar e, em geral, a «primeira vaga» de democratização, que se seguiu à vitória da *Entente* na Europa. Essa mudança, de resto, correspondia à visão de Woodrow Wilson: para a Grande Guerra poder ser a última guerra é indispensável a expansão das democracias constitucionais. A posição de Lenin, o principal dirigente do partido bolchevique russo, era simétrica: só a imposição de regimes comunistas pode ultrapassar a inevitabilidade da guerra entre as potências imperialistas. De resto, o padrão da mudança de regime político não se aplica somente às democracias: no fim da Segunda Guerra Mundial, as democracias impuseram o seu regime na esfera ocidental, excepto nos casos de Portugal e da Espanha, mas incluindo o Japão e a República Federal da Alemanha, enquanto a União Soviética estabeleceu regimes comunistas nos territórios ocupados pelo Exército Vermelho, excepto na Áustria, mas incluindo a Coreia do Norte e a República Democrática Alemã. A questão do regime político esteve no centro da Guerra Fria, desde as suas origens, e a vitória estratégica dos Estados Unidos e dos seus aliados foi inseparável da vitória da democracia, que se iniciou com a viragem portuguesa e se completou com o fim do regime comunista russo.

Na política externa das democracias, há uma relação entre a moderação e a natureza do regime político. As comunidades políticas republicanas não têm confiança nas autocracias, e essa reserva essencial tende a prevalecer nas relações com os Estados não-republicanos, mesmo contra os interesses nacionais das democracias.

Winston Churchill dizia que o realismo é o fardo das democracias quando têm de tratar com as tiranias. Mas a lógica do processo democrático, tal como pode impor uma política de compromisso com as autocracias – o *appeasement* de Chamberlain, que era uma política realista –, também pode impor uma linha de firmeza contra os regimes autoritários. Quando Churchill, o primeiro a denunciar o expansionismo soviético, quis negociar com a União Soviética depois da morte de Stalin, não conseguiu contornar a oposição das elites e da opinião pública ocidental, mobilizada contra a ameaça comunista.

As três proposições ainda são relevantes no pós-Guerra Fria? O pós-Guerra Fria – uma vitória da paz democrática – e o 11 de Setembro parecem confirmar uma linha de continuidade nas relações entre a democracia e a guerra.

A revelação do terrorismo catastrófico tornou irrelevantes as visões mais piedosas que consideraram o fim da Guerra Fria como o advento universal e definitivo da civilização kantiana, quando o próprio Kant sempre insistiu na reversibilidade dos avanços republicanos no caminho para a Paz Perpétua e a consolidação do direito internacional dos Estados e dos cidadãos. As questões da guerra e da paz continuam a ser incontornáveis para as democracias.

A «primeira guerra da unipolaridade»<sup>14</sup> marcou a transição para o pós-Guerra Fria com um exemplo de contenção, quando, em Março de 1991, os Estados Unidos pararam às portas do Iraque, depois de terem expulso as tropas de Saddam Hussein, pois o mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas só autorizava a coligação a usar a força militar para restaurar a independência do Kuwait. A opinião pública norte-americana, provavelmente, teria apoiado o passo seguinte, que seria a deposição do déspota iraquiano e, retrospectivamente, pode defender-se a racionalidade estratégica dessa alternativa.<sup>15</sup> Mas o Presidente George Bush não quis nem correr o risco de uma crise com a União Soviética, que daria força aos adversários internos de Mikhail Gorbachev, nem correr o risco de um número elevado de baixas entre os soldados norte-americanos, muito menos em vésperas da eleição presidencial. Nos dez anos seguintes, com o Presidente Clinton, essa contenção transformou-se em passividade estratégica, mas permaneceu a recusa de sofrer baixas em combate – óbvia no recuo precipitado na Somália, imoral na guerra do Kosovo, em que a intervenção ocidental se limitou aos bombardeamentos aéreos da Sérvia. Essa tendência, que reflectia uma distanciação da comunidade norte-americana em relação à política internacional desde o fim da Guerra Fria, só foi invertida depois dos ataques terroristas de 11 de Setembro.

Nesse momento trágico, o choque brutal provocado pelos massacres terroristas de Nova Iorque e de Washington e a revelação da vulnerabilidade territorial dos Estados Unidos legitimaram uma mudança radical da estratégia norte-americana, expressa na declaração de guerra contra o terrorismo do Presidente George W. Bush, e mudaram o sentido maioritário da opinião pública, que passou a aceitar uma linha intervencionista e os seus elevados custos, incluindo baixas militares, para evitar a repetição de um atentado terrorista nos Estados Unidos e garantir a defesa do seu território nacional.

Os Estados Unidos só voltam a ter uma intervenção estratégica militar internacional depois dessa viragem na opinião democrática, embora as ameaças do terrorismo islâmico, a instabilidade regional no Médio Oriente – Iraque, Argélia, Irão, Afeganistão – ou a proliferação das armas de destruição maciça fossem evidentes antes do 11 de Setembro. Foi preciso esperar pela destruição das *Twin Towers* para o terrorismo catastrófico deixar de ser invisível para a opinião pública e passarem a

existir as condições políticas para confrontar os movimentos terroristas por todos os meios. É difícil as democracias entrarem em guerra, mesmo face a uma ameaça iminente. (Pelo contrário, o impacto público dos atentados de Madrid, em 11 de Março de 2004, parece ter sustentado uma viragem oposta, no sentido de pôr rapidamente fim à presença militar espanhola no Iraque, que podia expor demasiado à retaliação das organizações terroristas islâmicas um país concentrado na luta contra o terrorismo separatista basco.)

Também continua a não ser fácil terminar uma guerra, mesmo no caso das guerras limitadas. O debate político interno nos Estados Unidos está concentrado na questão da retirada norte-americana do Iraque – que seria um desastre ainda maior do que a invasão e a ocupação – e pode decidir a próxima eleição presidencial em 2008. Mas o Presidente George W. Bush não tem alternativa a uma vitória da democracia no Iraque, a partir do momento em que a legitimidade da intervenção norte-americana, em Março de 2003, passou a ser inseparável da mudança do regime iraquiano de Saddam Hussein, o mesmo cuja sobrevivência tinha sido assegurada pelo Presidente George Bush, em Março de 1991. Partir sem garantir a sobrevivência de um regime democrático iraquiano não só seria admitir a derrota, como teria consequências imprevisíveis, entre outras para autorizar futuras intervenções militares dos Estados Unidos.

A moderação continua a não ser uma característica nas guerras democráticas. A luta contra o terrorismo é necessária e justa, mas só pode assegurar a sua legitimidade, em coerência com os princípios republicanos, se for travada nos termos da lei. A recusa das autoridades norte-americanas em definir um estatuto jurídico aos militantes terroristas da revolução pan-islâmica na «guerra contra o terrorismo» criou os párias de Guantánamo, aos quais não são reconhecidos direitos, o que mina a credibilidade democrática dos Estados Unidos. A demonização e a degradação de Saddam Hussein e dos terroristas islâmicos põem em causa as virtudes republicanas e o direito da guerra, que exigem o tratamento humano dos adversários vencidos ou capturados, quer sejam ou não combatentes de forças regulares.

Paralelamente, a tese sobre o «choque das civilizações», enunciada desde 1994 por Samuel Huntington, tende a substituir a clivagem entre a democracia e o comunismo como uma «grande simplificação» alternativa que deve orientar as percepções dos decisores e da opinião pública no pós-Guerra Fria.

A obsessão com o Médio Oriente<sup>16</sup>, ou a tentativa de transformar a guerra contra o terrorismo numa «IV Guerra Mundial»<sup>17</sup>, ou numa luta contra o «islamo-fascismo»<sup>18</sup>, confirmam a permanência dos excessos democráticos e a dificuldade em tratar de uma forma racional os dilemas da paragem da modernização nas

fronteiras do Médio Oriente, cujas origens remetem para a desagregação do Império Otomano, a interferência ocidental e a incompetência das elites regionais na constituição de Estados nacionais. (De resto, para Bernard Lewis, que cunhou a fórmula original sobre o «choque das civilizações», as causas estruturais e a natureza histórica do impasse do Médio Oriente – praticamente a única região imune à lógica de crescimento que domina a política internacional pelo menos desde o fim da Guerra Fria – fazem que só os próprios possam ultrapassar a sua crise de modernização.)

Por último, a questão da mudança dos regimes políticos e a desconfiança persistente das democracias liberais perante os regimes autocráticos permanece intacta e no centro da política ocidental. As intervenções militares da «comunidade internacional» na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo, em Timor-Leste, no Afeganistão, no Líbano ou no Darfur são decisões das democracias liberais para tentar responder a problemas de estabilidade internacional, e também às causas que comovem mais as suas opiniões públicas. A legitimação normativa das intervenções – os critérios normativos tendem mesmo a substituir os critérios estratégicos definidos pelo interesse nacional dos Estados em casos como o Kosovo ou Timor-Leste<sup>19</sup> –, em nome dos valores da democracia e dos direitos humanos, define uma resposta política e estratégica idêntica a crises periféricas muito diferentes: trata-se, em todos os casos, de derrubar as tiranias e impor regimes democráticos. (Embora, por exemplo, a independência do Kosovo possa comprometer a transição para a democracia na Sérvia, tal como a viragem democrática na Indonésia esteve refém do processo da independência de Timor-Leste.)

O projecto de democratização do Grande Médio Oriente procura aplicar o princípio da mudança de regimes, como pressuposto da pacificação, à escala regional. Mas ninguém parece muito convencido da eficácia desse projecto nos tempos mais próximos – salvo possíveis excepções. As «democracias eleitorais» impostas até à data no Médio Oriente não têm tido os melhores resultados: a guerra civil na Argélia, depois da vitória democrática do FIS, a violência geral nos territórios da Autoridade Palestina, a seguir à vitória política do Hamas nas últimas eleições, os riscos de fragmentação étnica, religiosa e territorial, no caso do Iraque.

O critério democrático também condiciona a política asiática. O Congresso e a opinião pública norte-americana dificilmente aceitariam que o Presidente dos Estados Unidos deixasse cair a democracia chinesa em Taiwan perante a ameaça de uma intervenção militar do regime comunista da República Popular da China, embora essa limitação mantenha em aberto uma tensão permanente e a possibilidade real de uma guerra entre as duas principais potências internacionais do pós-Guerra Fria.

A democracia liberal é essencial para assegurar a «paz separada» que prevalece no arquipélago kantiano – a comunidade transatlântica, o arco marítimo asiático formado pela Coreia do Sul, o Japão e Taiwan e que se prolonga na Nova Zelândia e na Austrália até à Índia – e garante uma estabilidade mínima na desordem internacional do pós-Guerra Fria. Mas a democracia liberal nem sempre é um factor de racionalidade estratégica nas políticas externas dos regimes republicanos e das suas decisões sobre a guerra e a paz. Nesse sentido, a vontade de realizar o programa kantiano nas relações entre os Estados não tem sempre como resultado consolidar a estabilidade internacional, a paz democrática e as virtudes republicanas.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Immanuel Kant (1795), *Projet de Paix Perpétuelle. Esquisse philosophique*, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, p. 15.
- <sup>2</sup> Immanuel Kant, *Projet de Paix Perpétuelle*, pp. 16-18.
- <sup>3</sup> Kant defende uma «aliança da paz (*foedus pacificum*)» que se distingue de «tratado de paz (*pactum pacis*)», no sentido em que este quer simplesmente terminar uma guerra, enquanto a aliança da paz quer pôr fim a todas as guerras para todo o sempre. Immanuel Kant, *Projet de Paix Perpétuelle*, pp. 25-26.
- <sup>4</sup> Pierre Hassner, «Immanuel Kant», in Leo Strauss e Joseph Cropsey (eds.) (1972, 1987), *History of Political Philosophy*, Chicago: University Press of Chicago, pp. 581-620. W. B. Gallie, «Kant on Perpetual Peace», in W. B. Gallie (1978), *Philosophers of Peace and War*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 8-37.
- <sup>5</sup> Kant não usaria a expressão «paz democrática», uma vez que insiste numa distinção radical entre a forma democrática do Estado, que considera um despotismo, e a forma republicana de governo, que garante a liberdade individual. Também não usa o conceito de «paz separada», embora descreva o mecanismo da realização do «Projecto da Paz Perpétua» como um processo gradual. Os defensores modernos da tese kantiana usam o termo «paz democrática» num contexto em que democracia é sinónimo de um regime de liberdade política e do Estado de direito. Ver *inter alia* Michael Brown, Sean Lynn-Jones, Steven Miller (eds.) (1996), *Debating the Democratic Peace*, Cambridge: MIT Press. Ver também Michael Doyle (1983), «Kant. Liberal Legacies, and Foreign Affairs», in Michael Brown, Sean Lynn-Jones, Steven Miller (eds.) (1996), *Debating the Democratic Peace*, pp. 3-58. Michael Doyle, «Internationalism: Kant», in Michael Doyle (1997), *Ways of War and Peace*, Nova Iorque: W. W. Norton, pp. 251-301.
- <sup>6</sup> Esse tema é discutido por John Owen, «How Liberalism Produces Democratic Peace», in Michael Brown, Sean Lynn-Jones, Steven Miller (eds.) (1996), *Debating the Democratic Peace*, pp. 124-130.
- <sup>7</sup> Raymond Aron (1948), *Le grand schisme*, Paris: Gallimard.
- <sup>8</sup> O termo «guerra hiperbólica» foi usado por Guglielmo Ferrero para descrever a Grande Guerra de 1914-1918 como uma guerra de tipo novo que podia destruir a civilização europeia. Guglielmo Ferrero (1931), *La fin des aventures*, Paris: Rieder.
- <sup>9</sup> Élie Halévy (1929), «Une interprétation de la crise mondiale» (1914-1918), in Élie Halévy (1990), *L'ère des tyrannies*, Paris: Gallimard.
- <sup>10</sup> John Lewis Gaddis (1992), *The United States and the End of the Cold War*, Nova Iorque: Oxford University Press, pp. 195-202.
- <sup>11</sup> Simon Sebag Montefiore, «Tyrants on Trial», *The New York Times*, 2 de Julho de 2004.
- <sup>12</sup> John Owen, «How Liberalism Produces Democratic Peace», in Michael Brown, Sean Lynn-Jones, Steven Miller (eds.) (1996), *Debating the Democratic Peace*, p. 132.
- <sup>13</sup> Raymond Aron (1948).
- <sup>14</sup> James Baker (1995), *The Politics of Diplomacy. Revolution, war and peace*, Nova Iorque: Putnam's.
- <sup>15</sup> Zbigniew Brzezinski considera ter sido uma oportunidade perdida: o fim da autocracia iraquiana teria tornado possível um arranjo regional para a paz no Médio Oriente. Zbigniew Brzezinski (2007), *Second Chance. Three presidents and the crisis of the American superpower*, Nova Iorque: Basic Books.

- <sup>16</sup> Contra a qual se pronunciou, sem qualquer efeito, Edward Luttwak (2007), «The Middle of Nowhere», *Prospect* 134.
- <sup>17</sup> Eliot Cohen, «World War IV – Let's call this conflict what it is», *Wall Street Journal*, 20 de Novembro de 2001.
- <sup>18</sup> Norman Podhoretz (2007), *World War IV. The long struggle against islamo-fascism*, Nova Iorque: Doubleday.
- <sup>19</sup> Coral Bell (2002), «Normative Shift», *The National Interest* 70, pp. 44-54.